Expressão Universitária
Ano 5 Número 66-outubro/2015
www.sinsepes.org.br

"UM PROJETO CULTURAL, QUANDO APROVADO, MOVIMENTA UMA SÉRIE DE SERVIÇOS, PROFISSIONAIS E COMÉRCIOS(...) A LEI ROUANET É O GRANDE INSTRUMENTO DA POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA. NO CASO LOCAL, A ADESÃO DAS EMPRESAS DEVE SER ESTIMULADA."

MÁRCIO CUBIAK - MESTRANDO EM SOCIOLOGIA

CULTURA E INCENTIVO FISCAL: A LEI ROUANET

PÁGINA 11

"EU TENHO CUIDADO EM FALAR ISSO PORQUE PODE SOAR ROMANTIZADO. MAS O QUE MUDOU NA MINHA VIDA FOI O DESPRENDIMENTO DA NECESSIDADE DE SABER COMO AS PESSOAS SÃO..."

LUANA TILLMANN - PEDAGOGA E INTEGRANTE DA SOCIEDADE CULTURAL AMIGOS DO CENTRO BRAILLE, CEGA DESDE OS 15 ANOS

EM FAVOR DA INCLUSÃO DOS CEGOS

PÁGINAS 8 E 9

"NÃO É FÁCIL SER PESQUISADOR NA FURB... PARECE QUE ESTAMOS CONDENADOS AO RECOMEÇO(..). PRECISARÍAMOS VOLTAR A PENSAR."

MARCOS ANTÔNIO MATTEDI, PROFESSOR DR EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EFEITO SÍSIFO

PÁGINA 16

O DESAFIO DA INCLUSÃO

FOTO: MAGALI MOSER

CENTRO BRAILLE BUSCA AÇÕES PARA FACILITAR O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL À CULTURA NA REGIÃO. ÁUDIO-DESCRIÇÃO: DA ESQUERDA PARA A DIREITA: AS INTEGRANTES DA SOCIEDADE CULTURAL AMIGOS DO CENTRO BRAILLE DE BLUMENAU, LUANA TILLMANN, YARA LUANA IONEN, A BRAILLISTA ELIANE LUCHINI E KAREM RESENDE, COM OS CÃES GUIA MAMBO (E) E FAYAL (D) E OS LIVROS EM BRAILLE NO CENTRO DE DIFUSÃO DA LITERATURA REGIONAL PARA CEGOS, EM BLUMENAU **PÁGINAS 8 E 9**

CARNÍVOROS: PROGRAMA ESTUDA OS ANIMAIS NO PARQUE NACIONAL

INICIATIVA GARANTE A CONSERVAÇÃO DOS ANIMAIS. COMO RESULTADOS, ESPERA-SE UMA RICA CONTRIBUIÇÃO AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

PÁGINA 10

CINTIA G. GRUENER

MAGALI MOSER

O GRITO DOS EXCLUÍDOS

MOVIMENTOS SOCIAIS, SINDICATOS E COMUNIDADES PERIFÉRICAS SE UNEM NA MANIFESTAÇÃO POR UM PAÍS MAIS JUSTO, NA RUA XV

PÁGINAS 12 E 13

Uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

EDITORIAL

PRODUTIVIDADE, ESTADO E A ECONOMIA

No final de setembro e início de outubro aumentaram as críticas à política econômica do governo Dilma, como se isso já fosse uma novidade, mas se intensificaram não apenas vindo dos muitos partidos de oposição – o que é natural, mas também do próprio partido (PT). A Fundação Perseu Abramo, ligada ao partido apresentou o estudo "Por um Brasil justo e democrático" em dois volumes – Mudar para sair da crise: Alternativas para o Brasil sair da Crise (60 páginas) e Volume 2, (84 páginas) – O Brasil que queremos: subsídios para um projeto de Desenvolvimento Nacional. Com a iniciativa de diversas entidades como o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para o Desenvolvimento, Fórum 21, Le Monde Diplomatique do Brasil. O trabalho produzido foi encarado mais como um documento de diretrizes de política. Os economistas de oposição de linha mais ortodoxa logo encontraram as inconsistências frente à ortodoxia fiscal e de condução de política monetária e fiscal diante de propostas como a do investimento público que deveria ser retirado da conta do superávit primário ou o regime de metas de inflação deveria ser estabelecido por um período de dois anos apenas considerando o núcleo da inflação dentre outras proposições contrárias a essa ortodoxia estabelecida. A questão é que os dogmas permeiam toda a história econômica e o sistema de crenças é que move as ações e as expectativas e não os sonhos. A proposta de debate que é positiva encontra qualquer coisa maior quando falamos no conjunto de crenças quando se observam os fatos pois temos uma certa capacidade de interpretá-las em um determinado momento na história. O sistema capitalista na economia mundial está em discussão sobre diversos aspectos como sempre esteve. O que é incongruente é negá-lo e promover apenas palavras de ordem como "resistência", "soberania", "estar subalterno a interesses externos", etc. e outras afirmativas vagas que funcionam cada vez menos nas narrativas já há muito tempo utilizadas. Os caminhos concretos devem encontrar uma consistência teórica e prática perante às escolhas da sociedade como um todo e nesse sentido o documento preliminar é apenas um conjunto de afirmações e aspirações ainda a ser construído, longe de ser conclusivo.

> **"Os dogmas permeiam toda a história econômica e o sistema de crenças é que move as ações e as expectativas e não os sonhos**

Como os temas são muito diversos e passam por questões sociais, institucionais e econômicas, escolhemos um tema para comentar no documento. O da produtividade ou eficiência do ponto de vista como ela está relacionada ao desempenho dos fatores produtivos – fato esse declarados de todas as partes como um problema nacional para o desenvolvimento. Os dois volumes citam essa palavra uma vez no volume 1 e oito vezes no volume 2. O texto reafirma de acordo com a lógica econômica que a melhoria sustentável dos salários está relacionada com os ganhos de produtividade e com a qualidade dos empregos que geram valor adicionado. Das citações, há passagens mais específicas que comentam sobre a "desigualdade da produtividade" quando afirmam: "as microempresas têm uma produtividade relativa equivalente a 10% de uma grande empresa e as pequenas, o correspondente a 27%. Na Alemanha, por exemplo, a microempresa tem produtividade relativa de 67% da grande empresa e a pequena, de 70%". Em outra passagem são expostas as seguintes questões: "Como promover o incremento da renda, se na América Latina as micro e pequenas empresas são responsáveis por mais de 50% do emprego e produzem somente 10,6% do PIB? As grandes empresas são responsáveis por 67% do PIB, com menos de 20% do emprego. Como sustentar uma estratégia distributiva pela ampliação do emprego e dos salários com essa desigualdade?". A narrativa de ordem microeconômica sobre a produtividade e desempenho está presente apenas para o setor privado. Há apenas algumas passagens sobre este aspecto quando se refere ao estado, sem utilizar o termo produtividade que pode muito bem ser utilizado quando mensuramos serviços, se preferiu as expressões eficiência, eficácia e assertividade, envolvendo os males do peso da burocracia, a necessidade de modernização, o suborno e as fontes de interesses pessoais e corporativos como problemas do estado citados no volume 2.

Há uma intrínseca relação entre os ganhos de produtividade do setor privado e público, pois não são fatores isolados. Os diversos rankings que comparam a competitividade brasileira, apenas para citar um deles, o do Fórum Econômico Mundial (WEF), que abrange 12 pilares em uma variedade de aspectos quantitativos e qualitativos em 140 países apresentou a queda do Brasil de 18 posições (57º. para a 75º.) no relatório de 2015-16. Desse resultado houve recuo não apenas relativo mas também absoluto em diversos aspectos de infraestrutura, instituições, e da situação econômica e fiscal. Dependendo do ano, a avaliação dos aspectos analisados pode alterar bastante em função do ciclo econômico. Mas analisando vários relatórios em uma série histórica, um aspecto chama sempre a atenção pela persistência em uma baixa colocação nesse ranking: a da eficiência do setor público, cuja maioria dos aspectos oscilam por volta das centésimas colocações. Essa comparação permite inferir sobre as questões envolvendo a própria evolução da produtividade do setor privado nas relações do estado com a economia nesse debate nacional desenvolvimentista do século XXI, um ponto pouco explorado nessa autocrítica.

ENTRE ASPAS

"A CRISE ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU NÃO É UMA CRISE ISOLADA; ESTÁ INSERIDA NUM CONTEXTO GLOBAL DA PRÓPRIA ECONOMIA. MAS A CRISE ECONÔMICA QUE ASSOLA AS UNIVERSIDADES EM NOSSO PAÍS, ESPECIFICAMENTE, É UMA CRISE DA UNIVERSALIDADE E DA PERCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE. NESSE SENTIDO, A CRISE ECONÔMICA É APENAS UMA DAS CONSEQUÊNCIAS, POIS NA MEDIDA EM QUE SE PERDE A REAL INTERFACE ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, PERDE-SE O SENTIDO DE SER UNIVERSIDADE. PENSO QUE DEVEMOS REEDIFICAR O SENTIDO DE UNIVERSIDADE EM NOSSA UNIVERSIDADE, PARTINDO DA CRISE INSTALADA NELA, NUMA PERSPECTIVA DIALÓGICA, ÉTICA, FUNDAMENTADA NOS PRINCÍPIOS DA DEMOCRACIA E DA ÉTICA DA ALTERIDADE."

TARCÍSIO ALFONSO WICKERT, PROFESSOR DE FILOSOFIA DA FURB

PARTICIPE DO EXPRESSÃO! ***Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!***

DIRETORIA SINSEPES | 2014/2017

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); ***Vice-presidente:*** Luiz Donizete Mafra (DAC), ***Secretária geral:*** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), ***1ª Secretária:*** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), ***Tesoureiro:*** Nazareno Schmoeller (CCSA), ***1º Tesoureiro:*** Valcir de Amorim (DAF), ***Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:*** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), ***Diretora de Imprensa e Comunicação:*** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), ***Diretor de Assuntos Jurídicos:*** Osnildo Marcos Rodrigues (CCS) ***Diretora de Formação e Relação Sindical:*** Nevoni Goretti Damo (CCS)

CONSELHO FISCAL
Efetivos: Edemar Valério Mafra (NRTV), Leandro Junkes (Biotério Central) e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)
Suplentes: Márcio C. de Souza Rastelli (CCS), Selézio Rodrigues (DAC) e Wanderley Renato Ortunio (Etevi)

Projeto gráfico: Ana Lucia Dal Pizzol

Tiragem: 2.000 cópias. ***Gráfica:*** Grafinorte S/A (Apucarana, PR) - (41) 3598.1113 ou (41) 9926.1113

Jornalista responsável: Marcela Cornelli - MTB 00921/SC JP

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

sinsepes

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do Sinsepes (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da Furb - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br

INTERNAS

PAPEANDO ENTRE LETRAS

Papeando entre Letras é o projeto do curso de Psicologia da FURB que une reflexões, discussões e Literatura. A iniciativa é da professora e tutora de saúde mental Propet do Curso de Psicologia da FURB, Carla Regina Cumiotto e do projeto de extensão Doce alegria e busca reunir amantes das artes literárias em torno do compartilhamento de impressões e ideias acerca de trechos literários. As reuniões ocorrem todas as primeiras quintas-feiras do mês das 17h15min às 18h15min na sala de dinâmica grupal, no Bloco J, campus 1. O ambiente possibilita o relaxamento dos participantes com almofadas coloridas espalhadas pelo chão. Na quinta-feira deste mês, o grupo discutiu fragmentos do livro O Filho de Mil Homens, do escritor angolano Valter Hugo Mãe. Os encontros são sempre abertos à comunidade e estimulam a participação, troca, conversa e discussão a partir de trechos de obras literárias consagradas.

FURB FEDERAL É APRESENTADA EM SEMINÁRIO NACIONAL

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN realizou em 25 de setembro em Campinas-SP, na sede da ADUNICAMP, o Seminário Nacional do Setor das Instituições de Ensino Superior Estaduais (IEES) e Municipais (IMES) sobre Federalização e Financiamento. A programação contemplou uma mesa sobre federalização. Considerando a experiência vivenciada pela FURB sobre o processo de federalização, o SINSEPES foi convidado a participar desta mesa. O Conselheiro Fiscal do SINSEPES e professor do curso de Ciências Sociais da FURB, Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira, apresentou a experiência da FURB Federal no encontro.

JORNALISMO CONQUISTA INTERCOM NACIONAL

A turma de Jornalismo da FURB volta vitoriosa de uma longa jornada acadêmica. Os estudantes do curso conquistaram prêmio nacional na categoria "Comunicação e Inovação" na Expocom 2015, realizada mês passado no Rio de Janeiro. A Exposição de Pesquisa Experimental em Comunicação) é uma exposição de âmbito nacional na área da comunicação, que premia os melhores trabalhos experimentais de cunho acadêmico. O trabalho "A Origem da Imprensa em Blumenau" teve como objetivo principal tornar acessível a informação a respeito do tema. A exposição foi montada por meio de totens e objetos antigos, também existia uma tela interativa, na qual o público podia interagir com exemplares dos primeiros jornais escritos, ainda em alemão. Os alunos também realizaram um website para compactar toda a informação da pesquisa que pode ser acessado através do link: http://furbjornalismo.com/

PROGRAMAÇÃO ESPECIAL MARCA SEMANA DO LIVRO NA BIBLIOTECA CENTRAL DA FURB

Uma programação especial com diversas atrações vai marcar a passagem do Dia Nacional do Livro, comemorado em 29 de outubro, este mês na Biblioteca Central Universitária da FURB. Diversas atividades estão sendo organizadas. A Biblioteca abrirá as portas à comunidade no último domingo do mês de outubro, dia 18, das 9h ao meio-dia. As atividades da programação estão marcadas para os dias 17, 18, 21, 26, 27, 29 e 30 deste mês e incluem lançamento de livros, apresentações musicais, exibição de filmes, palestra, declamação de poesias. Ana Paula de Abreu lança dia 17 o livro infantil Era uma vez um buldogue francês e escritor Viegas Fernandes da Costa lança dia 21 o livro Sob a sombra da tabacaria. Ações paralelas serão realizadas no decorrer do mês. A programação completa será divulgada no site da FURB e da biblioteca.

FOTO: MAGALI MOSER

PROFESSOR DO CCSA LANÇA LIVRO

Uma das atividades que marcou a 9ª Mostra Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão (MIPE) na FURB, final de setembro, foi o lançamento do livro "Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Território no Brasil", do professor Dr. Ivo Marcos Theis, docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvovimento Regional (PPGDR) da Universidade e membro do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Lançada pela Argos, a Editora da Unochapecó, a obra apresenta os resultados de um estudo sobre as relações entre as desigualdades socioterritoriais, a dinâmica do desenvolvimento periférico e a atuação dos sujeitos e instituições envolvidos com a (e afetados pela) Política de Ciência e Tecnologia no Brasil.

FÉRIAS COLETIVAS

A reitoria convocou início de outubro uma rodada de reuniões com os servidores técnico administrativos para apresentar uma proposta referente às férias coletivas 2015-2016. A exposição sobre a situação financeira da FURB veio como preâmbulo. O SINSEPES não recebeu antecipadamente qualquer documento nesse sentido mas participou da primeira das reuniões dessa rodada em 1 de outubro. A razão principal foi testar a reação da comunidade acadêmica, em especial a categoria dos técnico administrativos, em relação à proposta de férias coletivas em três opções: 10, 20 e 30 dias, sem contar o recesso e que, portanto, pode chegar a até 45 dias. Além dos motivos econômicos em relação aos gastos correntes com determinadas atividades setoriais, houve citação sobre a polêmica do abono pecuniário de 1/3 das férias. Previsto na CLT e na legislação municipal, a reitoria retorna ao tema mesmo que a condenação judicial recente determinou o cumprimento da lei que está em vigor. Os números de gastos representam muito pouco em relação ao pagamento da folha, o que mostra que a opção é exceção e não a regra, do qual a reitoria quer suprimir mesmo sem conseguir alterar a CLT. O SINSEPES discutirá em assembleia o tema bem como o processo de avaliação de desempenho que ocorrerá pela primeira vez na FURB.

SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA FURB

De 5 a 9 de outubro acontece a Semana de Ciências Sociais da FURB, com uma programação que inclui palestras, debates e reflexões. Mobilidade urbana, trabalho e saúde, violência e sistema carcerário, expressões urbanas e intolerância e combate às opressões são os temas das mesas que vão reunir lideranças e militantes de movimentos sociais, estudantes e professores da universidade. As palestras ocorrerão no auditório do Bloco T, com exceção da programação de terça, que será no Galpão da Arquitetura. Detalhes sobre a programação podem ser consultados na página do evento no Facebook - Semana Acadêmica de Ciências Sociais 2015 - FURB.

EXPRESSÕES POÉTICAS

POR RAMON FELIPE DE LIMA

Estudante do Curso de Ciências Sociais da FURB

As crianças, criadas pra comprar
Agora acostumadas a votar
Fazer política sem pensar.
Comprar o candidato mais bonito e barato e pintar
Agora marshmallow, bananas e novelas
Da Barbie do bob e de todos os fetiches.
Uma geração educada a satisfazer
rápidos Prazeres
Vou votar
Vou crescer
Sou político
Sou poético
Só me falta saber o que vou fazer quando crescer.
Não dá, não dá
Ir a todos esses lugares, pra pensar
Como de maneira, certa forma, mais escrota.
Explodir todos, panacas morais,
Industriais culturais
Que um pênis de borracha gigante caia,
nesses racistas fanáticos e facistas
Nacionalistas, imperialistas e sem ideais.
Manicomiados pela ideologia, sua mente e realidade, uma fantasia

QUANDO FAMÍLIA PASSA A SER A UNIÃO DE UM PÊNIS E UMA VAGINA

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA

Escritor e historiador <viegasfernandesdacosta@gmail.com>

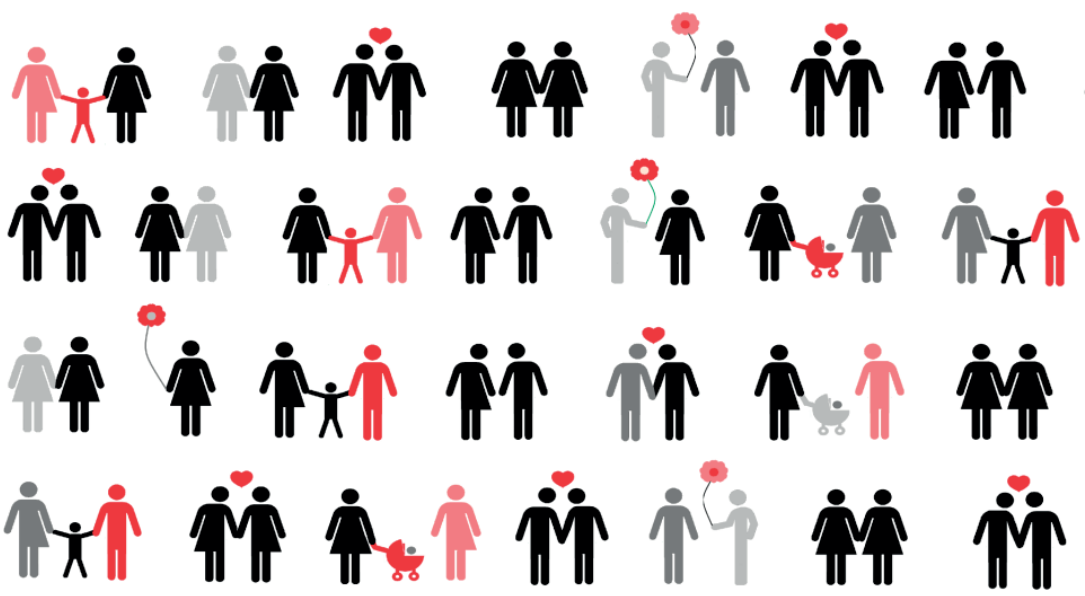
Esta definição de família que alguns deputados da autodenominada "bancada evangélica" estão tentando impor no Brasil é tão esdrúxula, que envergonha a qualquer cristão que tenha lido com um mínimo de atenção o Novo Testamento.

Em sua visão estreita de família, própria dos equinos vestidos de viseiras, estes deputados menores, porém perigosos, excluiriam até mesmo o Jesus bíblico dos seus parâmetros.

O que estes deputados estão dizendo é simplesmente que uma família constitui-se da união de um pênis e uma vagina e os resultados fortuitos deste encontro.

Ao reduzirem a família ao encontro de um pênis e uma vagina, estes deputados da autodenominada bancada evangélica estabelecem um parâmetro pornográfico para justificar uma legislação. Porque pornografia é justamente definir por princípio e foco os órgãos sexuais. Se considerarmos, também, que esta mesma bancada rejeitou a discussão de gênero e sua abordagem na educação, ressalta-se a perspectiva de que homem e mulher recolhem-se ao princípio pênis e vagina.

Uma família, entretanto, deveria ser formada por pessoas ligadas por laços afetivos. O Estatuto da Família, entretanto, ao reduzir a família ao encontro de um pênis com uma vagina, exclui a maior parte da família brasileira de seu arcabouço legal.



O Estatuto da Família torna, assim, ilegal a própria família brasileira, o que representa um atentado contra a cidadania, o bom senso e a inteligência.

Jesus certa vez ensinou que a César pertence o que é de César, e a Deus o que é de Deus. Legislar com a Bíblia e, pior, interpretando-a a seu bel prazer e ignorância, é querer misturar Deus e César. O resultado desta mistura todos conhecemos, seja por meio da História, seja por meio do presente.

Ao legislarem tendo por princípio sua religião particular, os deputados não apenas excluem da cidadania milhões de brasileiros, mas colocam em risco o próprio princípio da liberdade de fé e culto, bem como acendem no país a chama da intolerância religiosa. E qualquer um que queira aplaudir estes ignorantes deveria, antes, pensar nisto.

OS 32 ANOS DA PASTORAL DA CRIANÇA

PASTORAL DA CRIANÇA

POR MARISTELA CIZESKI

Coordenadora da Pastoral da Criança

A Pastoral da Criança é um Organismo da Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, uma organização comunitária de atuação nacional e internacional que tem seu trabalho baseado na solidariedade humana e na partilha do saber. Tem como objetivo o desenvolvimento integral das crianças, desde a concepção até os seis anos de idade em seu contexto familiar e comunitário. A história da Pastoral da Criança começa em 1982, numa reunião sobre a paz mundial, da ONU – Organização das Nações Unidas, quando o então Diretor Executivo do UNICEF, Sr, James Grant, sugeriu a Dom Paulo Evaristo Arns, que a igreja poderia salvar a vida de muitas crianças que morriam por doenças facilmente previníveis. A Dra. Zilda Arns Neumann, Médica Pediatra e Sanitarista, foi convidada a pensar um projeto e apresentá-lo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 1983 foi criada a Pastoral da Criança no município de Florestópolis/PR, onde o índice de mortalidade infantil era de 127 óbitos por 1.000 nascidos. Em um ano, este índice baixou de 127 para 28 óbitos. Hoje a Pastoral da Criança está em todos os estados brasileiros e em mais 17 países. Em Santa Catarina, a Pastoral da Criança teve início em abril de 1985, em Forquilhinha, cidade natal da Dra. Zilda Arns Neumann, então Diocese de Tubarão, onde ocorreu o primeiro treinamento sobre as ações básicas: Saúde, Educação, Nutrição e Cidadania. De Forquilhinha, no sul do estado, gradativamente a Pastoral da Criança foi se expandindo para outros Municípios de Santa Catarina. Ao longo desses 30 anos foram surgindo nas comunidades a necessidade de desenvolver novos projetos e novas campanhas, a fim de dar respostas às necessidades das comunidades que aumentariam suas capacidades, se assim fosse respondido. Dessa forma temos: - Atuação nos Conselhos de Políticas Publicas e Setoriais; - Brinquedos e Brincadeiras; Acompanhamento Nutricional. - Dez Mandamentos para a Paz na Família. - Dormir de Barriga para Cima é Mais Seguro. E hoje temos o foco na campanha: "Toda a gestação dura 1000 dias". Nossa missão é continuar o projeto de Jesus que, com sua presença transformadora, anunciava a esperança de um mundo mais humano e solidário: "Eu vim para que todos tenham vida e vida plena" (Jo 10,10). À luz das palavras de Jesus os líderes desenvolvem as seguintes atividades: - Visita Domiciliar; - Celebração da Vida; - Reunião para Avaliação e Reflexão. Ao longo dos 30 anos, somente foi possível graças ao amor, dedicação e solidariedade de pessoas que se doaram incansavelmente a essa missão. Em Santa Catarina, o estado é dividido em 295 municípios, dos quais a Pastoral da Criança está presente em 133 deles. Conforme dados do IBGE de 2010, o Estado de Santa Catarina tem 135.690 crianças vulneráveis (pobres), onde acompanhamos nas ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, 34.803 crianças. Toda essa história pode ser contada a partir das dioceses (setores) de Santa Catarina, que muito contribuem ao longo desses anos para a efetivação dessa missão. Nessa missão temos 995 comunidades, 30.506 famílias, 2.542 Gestantes, 34.803 Crianças. Tudo isso somente é possível graças ao amor, solidariedade e comunhão de 5.203 lideres e pessoas de apoio comprometidas com o Projeto de Jesus Cristo. (Fonte: Sistema de Informação – dados do 1º trimestre/2015). A Pastoral da Criança vai tecendo, em cada comunidade, uma rede de solidariedade entre todas as pessoas que estão envolvidas nela: líderes, famílias, coordenadores, capacitadores. Todos juntos formam uma rede comunitária de apoio, solidariedade e amor ao próximo. Assim, a missão da Pastoral da Criança é a mesma de Jesus, que é também a missão da Igreja, de todos os cristãos e também das pessoas que queiram caminhar com ela e ajudar a tornar realidade uma vida melhor para muitas crianças e famílias. Para realizar seu trabalho, a Pastoral da Criança se organiza em vários níveis de coordenação, aproveitando a estrutura da Igreja Católica, formada por dioceses, paróquias e comunidades. A Diocese de Tubarão/Criciúma - (eram mesma Diocese); Joinville, Lages e Rio do Sul tiveram seu início no ano de 1985. Já a capital Catarinense - Arquidiocese de Florianópolis teve seu início no ano de 1986. A Diocese de Caçador início no ano de 1987. A Diocese de Chapecó início no ano de 1993. A Diocese de Joaçaba início no ano de 1994. A área Blumenau, pertencente à Diocese de Joinville, hoje diocese Blumenau iniciou no ano de 1999. Para melhor organizar e acompanhar as famílias e comunidades e criar uma verdadeira rede de solidariedade, a Pastoral da Criança tem a coordenação de comunidade, que atua diretamente com os líderes; e que nas dificuldades e necessidades da missão, recorre a coordenação de ramo, que recorre a coordenação de Setor (Diocese). Da mesma forma, a coordenação de Setor busca auxílio na missão com a coordenação estadual que, nessa mesma rede de solidariedade, recorre à coordenação nacional. A coordenação na Pastoral da Criança é um serviço, tal como Jesus nos ensinou, quando falava com seus discípulos: "Sabeis que os que são considerados chefes das nações as dominam, e os seus grandes fazem sentir seu poder. Entre vós não deve ser assim. Quem quiser ser o maior entre vós seja aquele que vos serve, e quem quiser ser o primeiro entre vós seja o escravo de todos". (Mc 10, 42-44). Seguindo as palavras do Papa Francisco "Ide, sem medo, para servir!" É o legado que nos deixou a catarinense, médica, pediatra e sanitarista Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança, em sua última fala no Haiti. "Os resultados do trabalho voluntário, com a mística do amor a Deus e ao próximo, em linha com nossa mãe terra, que a todos deve alimentar, nossos irmãos, os frutos e as flores, nossos rios, lagos, mares, florestas e animais". Tudo isso nos mostra como a sociedade organizada pode ser protagonista de sua transformação. "Neste espírito, ao fortalecer os laços que ligam a comunidade, podemos encontrar as soluções para os graves problemas sociais que afetam as famílias pobres." "Como os pássaros, que cuidam de seus filhos ao fazer um ninho no alto das árvores e nas montanhas, longe de predadores, ameaças e perigos, e mais perto de Deus, deveríamos cuidar de nossos filhos como um bem sagrado, promover o respeito a seus direitos e protegê-los." Todas as crianças têm o direito a receber todos os benefícios e oportunidades que propiciem seu desenvolvimento integral. Cada um pode fazer a sua parte para tornar a vida de uma criança melhor, tanto na família como na comunidade.

> **"Todas as crianças têm direito a receber todos os benefícios e oportunidades que propiciem seu desenvolvimento integral**

Conheça o amplo e eficaz trabalho que a Pastoral da Criança faz. Acesse www.pastoraldacrianca.org.br.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: SANTA CATARINA PODE MAIS

POR LUCIANE CARMINATTI

Deputada estadual, Vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Alesc
Proponente do Fórum Pátria Educadora de Santa Catarina < imprensa@lucianecarminatti.com.br>

Em junho de 2014 foi aprovado pelo Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação (PNE), que definiu o rumo da educação para a próxima década, compreendido nas 20 metas e mais de 200 estratégias orientadoras da execução dos planos estaduais e municipais. Tanto os planos estaduais quanto os municipais precisam estar em sintonia com o PNE, para que os recursos sejam otimizados e as conquistas na educação avancem, seja na ampliação do acesso, na qualidade do ensino desde a educação básica à superior e na valorização profissional. O objetivo maior é garantir constitucionalmente o direito à educação, com igualdade, valorização e respeito à diversidade social e cultural do Brasil.

Em Santa Catarina, o Plano Estadual de Educação (PEE), Projeto de Lei nº 227.7/2015, de origem do Poder Executivo, foi enviado à Assembleia Legislativa somente em junho deste ano e, portanto, embora fizéssemos várias tentativas de discutir melhor e torná-lo conhecido antes de ser votado no parlamento, a pressão pela aprovação falou mais alto. Num calendário curto, precisamos aprovar até setembro uma lei que definirá, organizará e regulamentará a educação básica, superior e profissionalizante para a próxima década.

O futuro da educação catarinense está descrito nas 19 metas contempladas em um projeto que, embora siga o Plano Nacional de Educação, minimiza as potencialidades de desenvolvimento do nosso estado. Há que se dizer: o PNE integra toda a diversidade do Brasil, regiões com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com enormes diferenças de um estado para outro. Santa Catarina tem condições de ousar mais. Não podemos igualar metas de Santa Catarina proporcionalmente a estados que enfrentam muito mais dificuldades no acesso à educação, como Piauí, Amazonas ou Alagoas.

Citamos como exemplo a educação infantil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola no Brasil hoje é 23,2%, e a meta é chegar a 50%. Se analisarmos as regiões sul, nordeste e norte – todas têm como meta atingir os 50% de crianças dessa idade na creche, mas apresentam realidades muito diferentes. O nordeste tem hoje 19,2% na educação infantil; o sul possui 32%, mas especificamente Santa Catarina 38,5%; enquanto o norte apenas 9,2%. Desta forma, questionamos: é justo que Santa Catarina apresente a mesma meta que os estados da região norte? Mesmo que fiquemos de braços cruzados vamos chegar aos 50% (pouco mais de 1% de crescimento ao ano) de crianças de 0 a 3 na creche. Essa é uma das provas que não estamos nos desafiando, pois metas devem provocar ação, atitude e superação, caso contrário não são metas, apenas objetivos.

Na escola em tempo integral, Santa Catarina também está à frente das demais regiões, com 16,2% dos alunos nesse sistema. Regiões como norte (10,8%), sudeste (12%) se assemelham à meta do Plano Nacional de Educação em atingir os 25% de estudantes em tempo integral. Nosso estado também não superou essa meta e ficou nos mesmos 25% que essas regiões com maior dificuldade. É nesse ponto que indiquei, entre as 25 emendas ao Projeto de Lei do PEE, fomentar programa voltado à permanência dos alunos na escola de tempo integral, especialmente no ensino médio inovador, com bolsas de estudo para aqueles que deixam a escola de lado para trabalhar e ajudar na renda familiar. Assim, permitiremos que os jovens possam se dedicar exclusivamente aos estudos.

É isso que precisamos entender. O PEE catarinense deve ser ousado na garantia da gestão democrática das escolas, na ampliação das vagas em creche e na garantia de uma educação em tempo integral que contemple as dimensões pedagógicas, estruturais e inovadoras no uso das tecnologias.

A valorização dos profissionais da educação é outro ponto fundamental deste Plano. Precisamos garantir que os novos recursos do pré-sal sejam destinados exclusivamente para a valorização da carreira, uma vez que Santa Catarina tem uma dívida imensa com os professores, que recebem um dos pisos mais baixos do país. Assim como a garantia de uma carreira decente e motivadora, com incentivo à formação - especialização Lato Sensu ou Stricto Sensu. Ainda sobre a valorização do magistério é importante limitar a contratação de profissionais temporários (defendemos no máximo 10% desses contratos) e a realização de concurso público de forma permanente.

A oferta da alimentação escolar, com produtos regionais adquiridos diretamente dos agricultores familiares, valorizando assim a vida no campo, gerando renda para os agricultores e ensinando que o que produzimos tem qualidade, endereço e deve ser valorizado. Por fim, um projeto pedagógico que respeite as especificidades das diferentes comunidades, seja a educação do campo, quilombola, indígena ou das comunidades ribeirinhas. Que a educação de jovens e adultos seja valorizada e garanta o acesso à educação a quem não teve oportunidade a seu tempo.

Outro desafio será ampliar o acesso ao ensino profissionalizante e ao superior, especialmente nas regiões onde as instituições públicas precisam ser estruturadas. Não só ampliar o acesso, mas garantir a permanência dos estudantes e o fortalecimento de programas de ensino, pesquisa e extensão. Para se ter uma ideia, hoje a taxa de escolarização bruta na educação superior da população de 18 a 24 anos é de 30,3% no Brasil, com meta de atingir 50%. Com 41% de jovens nessa faixa etária na universidade, Santa Catarina supera a média da região centro-oeste, que é 40,4%, a mais alta do país. No geral, o sul fica com 36,6% enquanto que o nordeste fica nos 24,5%, com o desafio de dobrar esse número em 10 anos.

Muitas conquistas foram ampliadas nesses últimos anos. Pela primeira vez a União repassou recursos para a construção de creches, implantou o piso do professores, abriu as portas do ensino profissionalizante e superior aos brasileiros e brasileiras que não tinham condições de pagar uma faculdade. Com os 10% do PIB previstos para a educação nos próximos anos, será possível que estados e municípios avancem ainda mais. Todos precisam fazer a sua parte para de fato construirmos uma Pátria Educadora, com oportunidades a quem o direito à educação precisa ser garantido.

Portanto, o nosso Plano Estadual precisa responder: que educação queremos para os próximos 10 anos e como construiremos condições adequadas para atingir todas as 19 metas e as mais de duzentas estratégias do PEE? Que a educação de Santa Catarina construa cidadania plena, com respeito às diretrizes descritas na Constituição Federal de 1988, ou seja, uma educação inclusiva, que construa diálogo, solidariedade e dignidade humana.

DE CARRINHO POR BLUMENAU...

POR GABRIEL PIERRI

Estudante de História da FURB - <gabrielpierripk@gmail.com>

Frequentemente a prefeitura de Blumenau lança campanhas ressaltando, como se já não bastasse, os estereótipos gerais da cidade. "Alemanha sem passaporte", "o Brasil de alma alemã", entre outros rótulos, para citar apenas alguns casos que só fazem por supervalorizar uma imagem que não condiz com a realidade da cidade. E que também só faz por ocultar uma gama de diversidade de nacionalidades, de culturas, de condições socioeconômicas, além de também tentar impor, a partir do imaginário, um tipo de organização social ordeira.

Uma prova de que as imagens transmitidas nas mídias de uma lindíssima Europa brasileira são falsas pode ser verificada na recente pesquisa do IBGE, que colocou a cidade no topo do ranking como maior possuidora de moradores de favela do estado de Santa Catarina. Magali Moser (2015), comenta, em um artigo intitulado "A invisibilidade sobre as áreas de concentração de pobreza de Blumenau", que esses dados não alcançam também a imprensa. Portanto, se uma outra realidade se esconde, como salienta Moser, por trás das raízes alemãs, da gente galega, de pele branca e olhos claros, podemos aqui também afirmar que um outro mundo é ocultado na cidade.

Um mundo de emoções, de aventuras, de riscos, de manobras, de superações, de radicalidades, é camuflado na imagem ordeira, pacata e tranquila da cidade de Blumenau. Como se já não bastasse a rotina urbana, onde pessoas se estressam em longas filas de trânsitos, acidentes que cada vez mais tornam-se parte como algo natural desse cenário caótico, e para piorar a falta de tempo, devido a correria, e não estou me referindo ao tipo de corre que os citados abaixo preferem.

O skate ainda continua sendo um esporte maldito. Incomoda muita gente preconceituosa. Faz a classe conservadora de Blumenau se remoer de raiva porque a lei que proibia a prática na cidade foi derrubada. A liberdade dos skatistas é invejável, por isso tanta repressão contra ela. No ato de transgredir a cidade, os skatistas, bem como os grafiteiros, os praticantes de parkour entre outros sujeitos que fazem franzir a testa das autoridades, reinventam uma nova urbanidade. Criam um novo jeito de viver esse caos. Plantam a semente da liberdade. Assim como as raízes das árvores quebram a calçada, os skatistas quebram a rotina dos citadinos.

O antropólogo Giancarlo Machado (USP) na sua dissertação, *De "carrinho" pela cidade: a prática do street skate em São Paulo,* comenta que até mesmo um dos skatistas mais importantes e de boa imagem do cenário brasileiro, Bob Burnquist, um especialista em modalidades como vertical e big air, não deixa de lado a prática de skate nas ruas. Entretanto, quando Bob anda de carrinho pela cidade, fora das pistas e mega rampas, "a imagem construída se altera: de um ícone do esporte ela passa a um "vândalo" de equipamentos urbanos. Em função disso, como o próprio Bob apontou no trecho da entrevista citada, em algumas situações ele tem "que sair correndo" de seguranças" (MACHADO, 2011, p.225).

Rafael Moretto no "corre" durante o projeto mais arvores promovido pela Greenplace Park em Blumenau. FOTOS: ARQUIVO PESSOAL DE RAFAEL JOÃO DA SILVA

O skate, bem como o parkour, são atividades que se desenvolveram à margem, e muitas vezes na contramão, dos esportes tradicionais. O primeiro, surgido das secas californianas no final dos anos de 1950, onde surfistas decidiram tentar "surfar no aslfalto" devido as baixas ondas. O segundo, de um descaso do governo Francês com um projeto inacabado que segmentou e isolou a população mais pobre ao redor da capital, na década de 1960, deixando os mesmos sem condições básicas de lazer, fazendo com que algumas crianças começassem a brincar de pular os aparatos urbanos dos subúrbios. Assim, podemos afirmar que as modalidades de street skate e o parkour, ambas praticadas na rua, tratam-se de atividades estigmatizadas, ou marginalizadas.

> **"No ato de deslizar sobre um aparato urbano que não foi desenvolvido para aquela função, os skatistas ressignificam a cidade, evocando o prazer, a ludicidade e criatividade, por muitos já perdidos**

É preciso frisar, nas palavras do historiador Leonardo Brandão (FURB), um especialista sobre o assunto, o papel dos skatistas "enquanto sujeitos que apresentam resistências às normas e regras da vida organizada nas cidades. Embora coibidos por praticarem skate, muitos não desistem, continuam circulando contra todas as imposições sociais que esta prática implica" (BRANDÃO, 2011, p.134). Enquanto setores mais conservadores da cidade insistem na repressão, os jovens não perdem a teimosia. Porque a cidade também é deles.

E se a cidade também é deles, para usar as palavras de José D'Assunção Barros, em seu livro Cidade e História (2012) quando diz que "o cientista social fabrica suas metáforas urbanas" (Barros, 2012, p.19), e daí surgem metáforas espaciais como "centralidade", "periferia", "rede" (que refere as interações e relacionamentos sociais diversos), de "imã" (no qual faz analogia com um polo de atração) entre outras diversas possibilidades de representação do ambiente urbano, podemos pensar em uma cidade "playground", onde uma parcela de citadinos se apropriam da mesma como um grande parque de diversão, como fazem os skatistas. No ato de deslizar sobre um aparato urbano que não foi desenvolvido para aquela função, os skatistas ressignificam a cidade, evocando o prazer, a ludicidade e criatividade, por muitos já perdidos sentados nas poltronas de seus escritórios, característica do atual modelo de sociedade.

Quem nos dera se Blumenau realmente reproduzisse os passos da sua antiga metrópole, a qual é considerada um dos picos mais frequentados por skatistas de todo o mundo, inclusive por brazucas. Segundo Aguinaldo Melo, "20 anos atrás a Alemanha era a terra dos sonhos dos skatistas brasileiros. Um evento na pequena cidade de Müster, o Münster Monster Mastership, reunia as principais estrelas do esporte" (MELO, 2013). O jornalista da xgames.com, ainda escreve que foi nessa pequena cidadezinha que um capítulo da história do skate brasileiro foi eternizado, quando o jovem Lincoln Ueda de apenas 14 anos tornou-se o primeiro brasileiro a disputar uma final em um evento internacional de vertical. 20 anos depois o país ainda possui a maior cena do skate na Europa. É necessário lembrar que na mesma semana em que a seleção brasileira de futebol tomava os vergonhosos 7x1 em casa, da seleção alemã, o skatista gaúcho Luan de Oliveira vencia um dos campeonatos mais disputados de street skate do mundo, na própria Alemanha. Enquanto perdíamos aqui, ganhávamos lá. Mas poucos ficaram sabendo.

O eterno vocalista da banda Charlie Brown Jr, conhecido como Chorão, em uma das suas emblemáticas canções, versou que "a gente passa entender melhor a vida, quando encontra o verdadeiro amor". Afinal quantos momentos de paixões, um skatista já teve ao lado do seu carrinho? Quantas manobras feitas com amor, não o fez entender melhor a vida? Incontáveis. Outro verso do cantor, tornou-se um grito de guerra para os skatistas: "skateboard na veia, rock n roll até a alma, quem tá com a gente, faz barulho e bate palma". Ou seja, mesmo você não estando com os skatistas, não precisa fazer barulho, ou bater palma, apenas respeite o direito à cidade. Porque, convenhamos, nenhuma lei, repressão ou preconceito vai tirar o skate da veia desses jovens marginalizados.

MAGALI MOSER

EM FAVOR DA INCLUSÃO DOS CEGOS

Recursos tecnológicos facilitam o acesso das pessoas com deficiência visual à leitura e à educação. Mas os obstáculos para promover a acessibilidade ainda desafiam as políticas públicas. Na FURB, são em torno de 80 alunos com algum tipo de deficiência.

POR MAGALI MOSER

Jornalista - <magali.moser@gmail.com>

Fayal é o primeiro a me receber no prédio histórico. O labrador acompanha Yara Luana Ionen, 51, durante 24 horas, desde junho. Ele é um dos cães-guia treinados pelo Instituto Federal Catarinense (IFC) que têm ajudado pessoas com deficiência visual a se locomoverem com mais segurança. Depois aparece Mambo, da raça *Golden Retriever*, companheiro inseparável de Luana Tillmann, 25, há sete meses. Assim como as amigas, Karem Resende, 36, também quer ter a vida transformada por um cachorro parceiro e aguarda na fila à espera. As três têm em comum a deficiência visual e o sonho de uma sociedade inclusiva, com políticas públicas que atendam às necessidades daqueles que perderam a capacidade de enxergar, mas não a visão do futuro. Juntas, elas dividem inquietações e alegrias no Centro Braille da Fundação Cultural de Blumenau, entidade que difunde a leitura e a escrita do Sistema Braille na região. Um dos desafios a serem superados é a acessibilidade, no sentido mais amplo da palavra, não só no que se refere à estrutura física e mobilidade urbana, como se costuma pensar. O acesso à cultura e à educação encontram destaque neste pleito.

Luana perdeu a visão aos 15 anos em função de um glaucoma congênito, doença hereditária e complexa. Mas isso não a impediu de realizar o sonho de ser professora. Em 2013 ela se graduou em Pedagogia na FURB. Foi uma das poucas alunas com deficiência visual da universidade. Hoje ela é aluna da especialização Alfabetização e Letramento também na FURB e já percebe mudanças positivas de lá para cá.

"Nos primeiros semestres da faculdade foi mais difícil. Os professores tinham o hábito de entregar textos fotocopiados. Minha mãe ditava em voz alta e eu digitava tudo, mas perdia muito tempo com isso. Nunca consegui fazer leituras complementares durante a graduação. Hoje está bem mais fácil, a maioria dos professores já têm as versões digitalizadas, o que facilita muito meu acesso aos textos", conta.

MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO

A jovem de longos cabelos compridos se define como "cega muito visual". Ela adora fotografias. Mesmo sem poder enxergar as fotos depois, faz questão de registrar com a câmera encontros entre amigos. Também tem o cuidado de combinar roupas. No dia do nosso encontro, início do mês de outubro, ela exibia um comprido par de brincos com penduricalhos, em mais uma demonstração da atenção com a aparência. Mas aquilo que se mostra à primeira vista já foi mais interessante para ela em outros tempos.

"Eu tenho cuidado em falar isso porque pode soar romantizado. Mas o que mudou na minha vida foi o desprendimento da necessidade de saber como as pessoas são. Não me importa saber se você é negra, loira... tem olhos azuis... Esta foi uma das grandes virtudes que eu consegui com a cegueira", relata com convicção.

Luana, Yara e Karem têm em comum não apenas a deficiência visual. Elas também têm a mesma profissão. Escolheram Pedagogia pelo amor à arte de ensinar. Não nasceram cegas. As duas primeiras perderam a visão em razão da doença hereditária e Karem sofreu um acidente em 2009 que a fez perder a visão do olho esquerdo e adquirir baixa visão no olho direito. As três se tornaram

Da esquerda para a direita: as integrantes da Sociedade Cultural Amigos do Centro Braille de Blumenau, Eliane Luchini, Yara Luana Ionen, Karem Resende, Luana Tillmann e Maria Gonçalves, entre materiais e dobraduras preparados para a oficina de origami, no Centro de Difusão da Literatura Regional para Cegos, em Blumenau
FOTOS: MAGALI MOSER

militantes dos direitos das pessoas com deficiência visual. Mas a dor da aceitação também fez parte do processo de cada uma.

"Eu entrei em depressão quando a 'ficha caiu'. Passei quatro dias na cama. Meu filho ainda era um bebê! Outro dia nos perguntaram de onde tiramos forças para viver. É do mesmo lugar que todos os outros! Não é porque sou cega que tenho mais forças para enfrentar os desafios", conta Yara.

Ela perdeu a visão de forma gradativa, aos 32 anos. Apaixonada por livros, não podia conceber a ideia de ficar longe deles. Ainda hoje tem o hábito de passar em livrarias apenas para sentir o cheiro dos livros. Eles remetem a sensações e lembranças. Ela integra o movimento nacional Visibilidade Cegos do Brasil. Um dos projetos criados pelas ativistas no Centro Braille é o Pipoca Acessível, que exibe filmes com áudio-descrição - recurso de acessibilidade que traduz em palavras as informações imagéticas necessárias para a compreensão da obra. Uma outra iniciativa do grupo é o 1º Concurso Literário "Dedos que Leem", cujas inscrições vão até 3 de dezembro e a premiação será em 8 de abril de 2016.

Karem foi a última a chegar ao Centro Braille. À espera de um cão-guia, ela acredita que o parceiro poderá representar uma nova fase no convívio com a baixa visão:

"Caí muitas vezes até aceitar o uso da bengala. Aceitar a bengala é uma forma de dizer para o mundo: 'eu tenho deficiência visual'. Quando comecei a usar a bengala foi um período que marcou meu processo de me aceitar nesta condição".

Também com formação em Pedagogia, hoje ela busca se ocupar entre outras coisas da produção de origamis – vai ministrar inclusive uma oficina sobre a técnica aprendida quando estudante universitária no Centro Braille. Tem no filho de 14 anos o grande entusiasta.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA FURB

Segundo a Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE), são em torno de 80 alunos com algum tipo de deficiência em diferentes cursos na FURB. O maior número é de deficiência física, seguido de autiditiva e visual. As necessidades de adaptação exigidas por esses alunos são tratadas pela CAE na universidade. No caso de surdos, por exemplo, há necessidade do intérprete de Libras, providenciado pela CAE.

SOBRE O BRAILLE

Em 1825, um jovem francês inventou um sistema de leitura especial e contribuiu para a formação e inclusão de milhões de pessoas pelo mundo. Louis Braille é seu nome e seu sistema permitiu que cegos, como ele, pudessem ter acesso ao universo da leitura e do conhecimento.

Yara encontrou no cão-guia Fayal um parceiro para todas as horas. Como ele desde junho, não consegue imaginar sua vida sem o companheiro

CENTRO BRAILLE

O Centro Braille funciona desde 2001 na Fundação Cultural de Blumenau e disponibiliza para empréstimo o acervo constituído por livros em Braille, livros falados e filmes com áudio-descrição. O Centro oferece ainda a oficina de Leitura e Escrita em Braille, orientação e mobilidade, noções básicas de tecnologia assistiva através do sistema DOSVOX e material pedagógico adaptado. O atendimento ocorre segunda à quinta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h. Sextas-feiras das 8h às 11h30min. Interessados em participar das atividades podem entrar em contato pelo telefone (47) 3381-6191 ou (47) 9161 5813.

ARQUIVO

PROJETO CARNÍVOROS DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ

Iniciativa tem como objetivo principal garantir a conservação de mamíferos carnívoros, especialmente de pumas na região do Parque Nacional da Serra do Itajaí, a partir da obtenção de dados ecológicos, da minimização de conflitos e sensibilização das comunidades

CINTIA GIZELE GRUENER

Bióloga <cggbio@yahoo.com.br>

A pressão antrópica exercida sobre a Floresta Atlântica tem afetado a conservação dos mamíferos carnívoros do país, visto que das 33 espécies conhecidas no Brasil, 13 estão ameaçadas de extinção. O fato de Santa Catarina apresentar relevo acidentado no domínio da Floresta Ombrófila Densa garantiu a existência de remanescentes florestais importantes para a conservação do bioma, tal como o Parque Nacional da Serra do Itajaí (PNSI), criado em 2004 com área de 57.374 ha que abrange áreas de nove municípios (Apiúna, Ascurra, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos). Das 11 espécies de carnívoros registradas no PNSI, 45% estão ameaçadas de extinção, alvos de sérias pressões e ameaças, como a caça e os conflitos com propriedades localizadas no interior e entorno do PNSI.

> **“Das 33 espécies de mamíferos carnívoros conhecidas no Brasil, 13 estão ameaçadas de extinção. O fato de Santa Catarina apresentar relevo acidentado no domínio da Floresta Ombrófila Densa garantiu a existência de remanescentes florestais importantes para a conservação**

Para reverter este quadro, em janeiro de 2009 teve início o projeto “Conservação de carnívoros na região do Parque Nacional da Serra do Itajaí”, o qual é realizado pelo CENAP/ICMBio (Centro Nacional de Conservação de Mamíferos Carnívoros) e PNSI em parceria com o Instituto Caeté-Açu para a Conservação da Natureza e já contou desde o início com o apoio de diversas instituições, como o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Instituto Pró-Carnívoros, a FBPN (Fundação O Boticário para a Proteção da Natureza) e a FURB (Universidade Regional de Blumenau). O projeto tem como objetivo principal garantir a conservação de mamíferos carnívoros, especialmente de pumas (Puma concolor) na região do Parque Nacional da Serra do Itajaí, a partir da obtenção de dados ecológicos, da minimização de conflitos e sensibilização das comunidades.

Uma das primeiras atividades foi a realização de um diagnóstico sobre as pressões e ameaças sobre os carnívoros, com a aplicação de questionários com proprietários rurais do interior e da zona de amortecimento. Os resultados demonstraram que a predação da criação doméstica por carnívoros silvestres no PNSI pode reduzir, principalmente em função da aplicação de medidas de controle por grande parte dos proprietários. O principal motivo apontado para a ocorrência de predação foi a redução das presas naturais em função da caça exercida na região, demonstrando a compreensão da comunidade sobre os impactos que a caça causa. Existe um interesse da maioria na preservação dos carnívoros, porém há um desconhecimento total dos motivos que levam a essa necessidade, principalmente no que diz respeito à função exercida por estas espécies na manutenção do equilíbrio ecológico. O diagnóstico comprovou que a caça é a principal pressão e ameaça sobre os carnívoros na região do PNSI. Na perspectiva conservacionista, a caça vem sendo apontada como importante fator de pressão para a extinção de um conjunto de espécies, portanto, o controle efetivo da caça é política fundamental para a manutenção da diversidade de carnívoros e outras espécies. A caça na região do PNSI é exercida intensamente desde a época dos colonizadores, fato que causou a extinção local de várias espécies da fauna, como a anta (Tapirus terrestris) e a onça-pintada (Panthera onca) e a diminuição das populações das principais presas naturais de carnívoros. Uma das conseqüências disto é a geração de conflitos com as populações locais, pois a disponibilidade de animais domésticos torna-se um novo recurso alimentar, causando uma perseguição severa aos carnívoros pelos proprietários lesados, inclusive espécies ameaçadas de extinção como o puma, conhecido também como onça-parda, suçuarana e leão-baio (Puma concolor). Vários aspectos observados neste diagnóstico demonstram que o caminho para a reversão deste quadro está principalmente na informação, conscientização e fiscalização. Então, para sensibilizar a população sobre a importância dos pumas e outros carnívoros no equilíbrio ecológico, já foram realizadas palestras para mais de 3000 pessoas, entre estudantes e público de diversos segmentos.

A palestra aborda características gerais do PNSI, compartilha os dados ecológicos obtidos em campo, apresenta quais são as pressões e ameaças aos carnívoros e quais os motivos e as ações para promover a proteção aos carnívoros na região. Ao longo destes 6 anos de projeto foram realizadas diversas atividades de campo que possibilitaram a obtenção de dados ecológicos importantíssimos dos carnívoros, sobretudo dos pumas. A análise da dieta alimentar dos pumas revelou uma preferência por espécies-presa de médio e grande porte, justamente espécies que são intensamente caçadas na região. O estudo das enfermidades por meio das análises de material biológico de cães e gatos domésticos das propriedades localizadas no interior e entorno do parque e de carnívoros silvestres tem mostrado um compartilhamento de parasitos, devido principalmente à proximidade com animais domésticos e à presença de cães de caça no interior do parque. Também foi realizada a primeira estimativa do tamanho populacional de pumas no PNSI e os resultados foram alarmantes, pois a densidade populacional foi uma das menores encontradas para a espécie em áreas de Mata Altântica.

A baixa densidade no PNSI, que se configura como um dos principais fragmentos de Mata Atlântica de Santa Catarina, revela uma situação preocupante, que demanda uma maior quantidade de estudos, principalmente no que se refere à adaptação desta espécie a novas paisagens devido ao aumento da fragmentação e perda de hábitats. O puma é o segundo maior felino do continente americano e, como todo predador de topo de cadeia alimentar, é visto pela sociedade onde ocorre com temor, como causador de prejuízo a produções animais, com misticismo e também com admiração. Possui um papel fundamental na manutenção do equilíbrio do ecosssistema por controlar as populações de presas e influenciar as populações animais e vegetais relacionadas a estas, o que a torna uma “espécie-chave” para a conservação.

Também é considerada uma “espécie guarda-chuva”, numa alusão a uma cobertura total das exigências ecológicas de toda a comunidade onde ocorrem e como uma “espécie-bandeira” por conseguir atrair toda a atenção necessária para a mobilização de campanhas ambientais. Para aprofundar o conhecimento sobre a espécie foi iniciado o monitoramento via satélite, para isso já foram realizadas seis expedições para a captura de pumas para a colocação de colar GPS/Satélite. O monitoramento tem possibilitado conhecer quais são os habitats preferenciais, as áreas de vida, além da identificação das rotas de deslocamento da espécie entre o parque e os fragmentos florestais, o que tem gerado informações consistentes para subsidiar o planejamento adequado da paisagem da região e garantir a viabilidade populacional de pumas e outras espécies. Assim, conhecer as exigências ecológicas de pumas em ambiente natural, além de garantir a conservação da espécie, pode auxiliar na conservação de todo o ambiente e influenciar na qualidade de vida de toda a sociedade.

CULTURA E INCENTIVO FISCAL: A LEI ROUANET

Dificuldades à parte, é o grande instrumento da política cultural brasileira. No caso local, a adesão das empresas deve ser estimulada

POR MÁRCIO CUBIAK

Mestrando em Sociologia na UFPR <libidinagens@gmail.com >

INTRODUÇÃO

A primeira lei baseada na renúncia fiscal de escopo nacional na área de cultura foi a Lei Sarney (Lei n. 7.505/86) aprovada em 1986, no governo de José Sarney. Bastante polêmica, durou apenas quatro anos (CESNIK, 2002, p. 04). Os anos 1990 foram bastante duros para a Cultura como parte do governo. Na primeira eleição democrática, foi eleito Collor de Melo, que extinguiu o Ministério da Cultura e instituições vinculadas, revogou a Lei Sarney. No seu lugar, Collor promulgou a conhecida Lei Rouanet.

A Lei Rouanet é um mecanismo de incentivo cultural baseado na renúncia fiscal, isto é, o governo federal "abre" mão de receber impostos em favor de um projeto cultural. Após aprovado, para que o projeto aconteça, todavia, este proponente deve mobilizar pessoas físicas e jurídicas para utilizar o Imposto de Renda em projetos culturais. As pessoas físicas podem deduzir até um limite de 6% do imposto devido. Já as Pessoas Jurídicas devem ser tributadas com base no Lucro Real e podem deduzir até 4% do imposto de renda devido. Pessoas físicas e pessoas jurídicas, com ou sem intenção de lucro, podem enviar projetos.

CONTRADIÇÕES

Recriado no governo Itamar Franco, a ação do Ministério da Cultura deu ênfase às leis de incentivo, como a Rouanet (1993) e a Lei do Audiovisual. Um terço da legislação cultural promulgada durante o período do governo FHC foi direcionada às questões da lei de incentivo (CALABRE, 2005). E para dar dimensão, em 2014, 3273 projetos tiveram captação (apenas 463 apresentados por pessoas físicas!), num total de um pouco mais de R$ 1 bilhão e 300 milhões de reais movimentados. Nenhum programa, projeto ou ação no Ministério da Cultura tem tamanho aporte.

Algumas contradições marcam o caminho desse mecanismo. Podemos enxergar uma omissão do Estado em apontar as prioridades, direcionando apenas para as empresas o poder de decisão sobre a execução dos projetos culturais. Em segundo lugar, incentivou a apropriação privada de recursos públicos para o interesse privado, uma vez que a maioria dos recursos financeiros investidos via isenção fiscal são públicos, com aportes quase nulos do caixa das empresas. Em terceiro lugar, gerou desigualdades na distribuição dos recursos, concentrando-se na região Sudeste e, mais especificamente, em duas cidades: São Paulo e Rio de Janeiro (PORTO, 2007). Segundo dados do próprio Ministério da Cultura, durante os 18 anos de vigência da Lei Rouanet, a região Sudeste concentrou cerca de 80% dos recursos para cultura captados via renúncia fiscal, enquanto a Região Norte recebeu 0,45% dos incentivos.

Noutra ponta, quanto mais capitais no sentido bourdiesiano de recursos estratégicos para a luta no interior dos campos sociais, melhores são as chances de captação de recursos. Mas, cada um desses capitais sozinhos ou articulado está distribuído de forma desigual. E ter relações, contatos, informações e conhecimentos, estar "íntimo" da Lei Rouanet, é elementar, já que a aprovação do projeto é apenas o ponto de partida de um difícil caminho: a captação dos recursos. Nenhum projeto pode iniciar suas ações sem ter o mínimo de 20% dos recursos aprovados captados. E a ampla maioria fica pelo caminho, sem executar os seus projetos.

CONTRIBUIÇÕES

Desta forma, a Lei Rouanet é principal política pública do Ministério da Cultura. Não podemos, nem devemos abrir mão desse instrumento. Dos produtores culturais espera-se que conheçam os caminhos da Lei, e das pessoas jurídicas, adesão. Em Blumenau, essas contradições e contribuições se fazem presentes. O Festival 20 Anos Carona, por exemplo, foi a única ocasião que o grupo conseguiu captar. Estamos falando de um grupo profissional, com duas décadas de jornada cênica.

Mas, a adesão dos empresários e pessoas físicas à Lei Rouanet em Blumenau já foi bem mais insignificante. E deu um salto relevante em pouco tempo. Em 2008, foram aportados apenas R$ 190.617,39. Em 2013, foram R$ 3.162.562,11. Mas, a crise econômica começou a afetar os aportes, onde 2014 os valores diminuíram para R$ 2.937.256,93. O problema desses recursos é que a maioria deles ainda fica concentrada em alguns proponentes. Os três maiores proponentes levam bem mais que a metade dos recursos.

E nada mais adequado do que registrar que um projeto cultural, quando aprovado, movimenta uma série de serviços, profissionais e comércios. Num projeto teatral, é preciso figurinos (costureiras), cenário (marceneiros, artistas plásticos); um projeto de impressão de livro precisa de uma gráfica, de um designer gráfico; um projeto de gravação de CD, um estúdio. E assim vai.

"Há uma tendência entre as empresas de construírem critérios para o investimento em projeto, tornando-os públicos –. Algumas empresas lançam editais, experiências que podemos ver por aqui. E esses investimentos podem reverberar na ampliação dos recursos e capitais de artistas e produtores, qualificando o campo cultural

CONCLUSÕES

Claro que pensar um projeto cultural sempre se corre o risco daquela possibilidade de "domesticação da cultura" comentada por Coelho (2008), isto é, sua instrumentalização. E, no caso da Lei Rouanet, os apontamentos de Chin-Tao Wu (2006) sobre a ampliação da presença do Mercado junto às instituições e projetos culturais são relevantes. E, recordar Bourdieu (1974) e seus capitais nunca é demais. Como já apontamos, para um produtor cultural do Acre é mais difícil pensar na Lei Rouanet como uma política pública do que para um paulista. Ou, um proponente do Bairro Velha Grande tem menores chances de captar para seu projeto do que um proponente da região central.

Mesmo assim, é o grande instrumento da política cultural brasileira. No caso local, a adesão das empresas deve ser estimulada. E há uma tendência entre as empresas de construírem critérios para o investimento em projeto, tornando-os públicos –. Algumas empresas lançam editais, experiências que podemos ver por aqui. E esses investimentos podem reverberar na ampliação dos recursos e capitais de artistas e produtores, qualificando o campo cultural.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, 361p.

CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: um histórico. In: I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT). Salvador: UFBA, 2005.

CESNIK, F. De S. Guia do incentivo à cultura. Barueri: Manole, 2002.

COELHO, Teixeira. A Cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2011. São Paulo: Editora Iluminuras/ Itaú Cultural, 2008.

WU, C. T. Privatização da cultura: a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80. São Paulo: Boitempo, 2006.

PORTO, Marta. Cultura para a política cultural. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org). Políticas culturais no Brasil. Salvador: Edufba, 2007.

FOTOS: MAGALI MOSER

UM GRITO POR JUSTIÇA

A última edição do "Grito dos Excluídos", em Blumenau levou mais uma vez para a Rua XV de Novembro questionamentos e reflexões frentes à realidade de exclusão social. Acompanhados de um carro de som e com bandeirantes de movimentos sociais, os manifestantes gritavam palavras de ordem. O Grito dos Excluídos abriu o desfile de 7 de setembro mais uma vez, com a participação dos índios de José Boiteux. A questão indígena na barragem voltou a ser pauta em outubro.

*"Secretário Estadual da Defesa Civil de Santa Catarina afirma que não está preocupado com a operação da barragem de José Boiteux, caso os índios permaneçam no local. Categórico, afirma que quando for necessário operar a barragem, o fará, "***nem que seja necessário levar o Exército e Polícia Federal***".*

Pelas declarações do secretário Milton Hobus, voltamos aos tempos da ditadura, onde a forma de gerir conflitos era a intervenção militar. O secretário afirma que não está preocupado com a operação das barragens. Está preocupado com o quê, então? Quer somente uma desculpa para expulsar os índios à força sem atender suas reivindicações centenárias? Digo centenárias, porque faz mais de 100 anos que eles tiveram de sair de suas terras para o local onde hoje localiza-se a reserva. Esta é resultado de luta e resistência, anos de negociações. Então, entramos na área e construímos uma barragem para nos proteger nas enchentes e eles foram novamente obrigados a sair, agora para os cantos da reserva pois não podiam mais ficar perto do rio devido à subida das águas. Impossibilitados de continuar juntos (como uma única aldeia), foram obrigados a se dividirem em oito. Ocupar a barragem foi a forma que encontraram para serem vistos e terem suas reivindicações históricas ouvidas.Tratar os índios como invasores é ocultar a história de perseguição e morte que ocorreu na época da colonização. É renegar direitos que eles já têm garantidos e é relegar ao descaso, à indiferença e ao esquecimento aqueles que foram os primeiros donos das terras onde habitamos. Como os índios, não sou contra a barragem, mas não consigo acreditar que, após anos de reivindicação e luta sem atender suas demandas, nós optemos pela violência para "dialogar" e gerir conflitos que nós mesmos causamos."

Maria Roseli Rossi Avila, Assistente Social-Mestranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR da FURB - Blumenau – SC

JULIO CASTELLAIN

Itaú é multado em R$ 21 milhões por extrapolar
jornada, não permitir férias de 30 dias
e reduzir horário de almoço aos empregados
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BLUMENAU

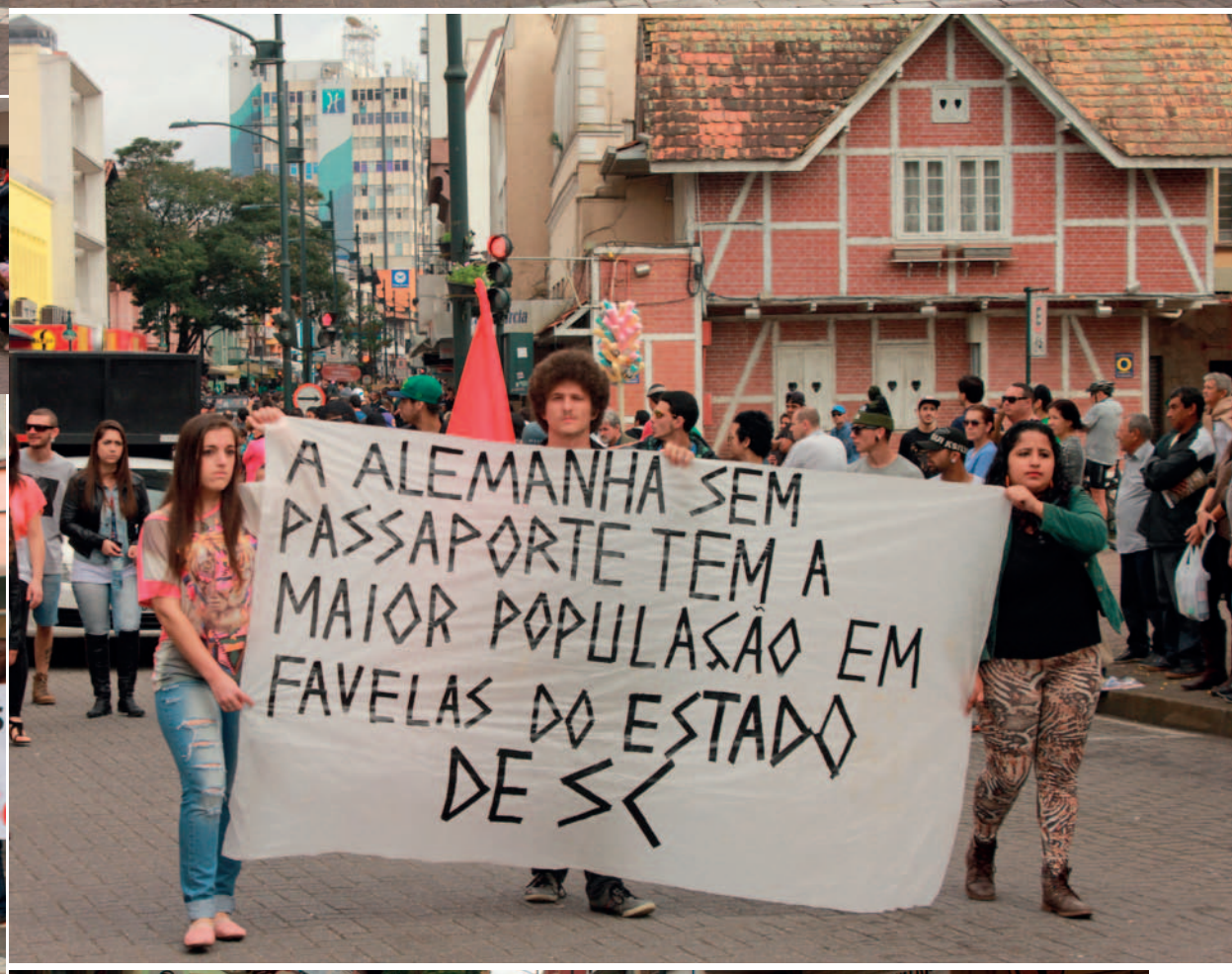
Campanha Salarial 2015
Vamos juntos
lutar pelos
nossos direitos!
BANCÁRIOS 50 ANOS

Saúde não se vende,
Loucura não se prende
por Politicas Públicas
ANTIMANICOMIAIS

QUE CONTRADIÇÃO! "PÁTRIA EDUCADORA"
CORTA VERBAS NA EDUCAÇÃO!!!
SINASEFE
Seção Sindical IFSC
Casa Marcia

Terceirização é Precarização
Seu emprego está em risco
NÃO AO
PL 4330
Participe dessa luta
FTB - Fórum dos Trabalhadores de Blumenau
BANCÁRIOS

CHEGA DE OPRESSÃO PARA OS TRABALHADORES
DO TRANSPORTE COLETIVO


A ALEMANHA SEM
PASSAPORTE TEM A
MAIOR POPULAÇÃO EM
FAVELAS DO ESTADO
DE SC

REDUÇÃO NÃO!

CURTAS

EM ALUSÃO À SEMANA DO LIVRO

A Semana do Livro e da Biblioteca da Faculdade Senac Blumenau, de 26 a 30 de outubro, conta com as diferentes linguagens da arte. Momentos de prosa com escritores, contação de histórias, música e dança, capoeira, mostra literária do SESC, artes visuais e ainda a premiação dos grandes leitores da biblioteca. Exposição "Imaginário" de Bruno Bachmann (SESC) Mostra Literária de Carlos Drummond de Andrade (SESC) 26/10 – 14h: Proseando com o Artista Bruno Bachmann 27/10 – 14h: Contação de Histórias com Kathy Fabiana Scharf Maiochi 28/10 – 14h: Premiação aos Grandes Leitores Senac Blumenau 29/10 – 14h: Oficina : A ancestralidade da capoeira: ritmos e cantos com Carlos José silva (Tigre) – 20h: Roda de Capoeira – Grupo Muzenza – Carlos José Silva (Tigre) 30/10 – 14h: Aventuras literárias com a escritora Urda Alice Klueger – 20h: Rap com o grupo Palavra Feminina, Monalisa MC e Hip Hop com Elite Step Company Contatos no biblioteca.blumenau@sc.senac.br ou pelo 3035-9997.

OUTUBRO, CHOPE E MACHISMO

Uma nova campanha criada no mês de setembro intitulada Oktober Sem Machismo está causando repercussão em Blumenau. Esse ano o coletivo feminista Casa da Mãe Joana decidiu bater de frente com práticas discriminatórias na festa mais esperada do ano e criou uma página no facebook em combate ao machismo praticado durante a oktoberfest. O objetivo da ação é problematizar as diversas formas de abusos sofridos pelas mulheres no mês de outubro em Blumenau. A ideia teria surgido depois da veiculação de uma propaganda de uma das cervejarias patrocinadoras oficiais do evento, que retratou de maneira objetificada e racista as mulheres blumenauenses. Na página você encontra informações relacionadas à violência, abuso e outras formas de opressão que muitas vezes são naturalizadas em meio à festa e à sociedade. Acesse: https://www.facebook.com/Oktober-Sem--Machismo-920919948004710/timeline/

DEPOIS DE CORRER O RISCO DE SER CANCELADO, FENATIB ESTÁ MANTIDO

O 19º Fenatib – Festival Nacional de Teatro Infantil Blumenauense – que havia tido sua realização cancelada no mês de setembro, por motivos financeiros, agora tem data definida para novembro deste ano. Entre os dias 04 e 12 o teatro Carlos Gomes recebe o evento que conta com 13 peças de teatro voltadas para o público infantil. Também estão previstas apresentações no Cine Teatro Edith Gaertner da Fundação Cultural, nos Caics da Velha e Itoupava, Casa São Simeão, Centro Cultural 25 de Julho e na Praça do Teatro Carlos Gomes. A entrada é gratuita, porém os ingressos são limitados e podem ser tirados com uma hora de antecedência de cada espetáculo na secretária do teatro. Confira a programão em: http://fenatib.com.br/

YOANA CARMO

QUARTA EDIÇÃO DO COLMEIA REÚNE PÚBLICO SUPERIOR A 12 MIL PESSOAS NO TEATRO CARLOS GOMES

O evento do Coletivo Laboral Multicultural de Experimentações e Intervenções Artística (COLMEIA), em parceria com o Teatro Carlos Gomes, fez juz ao título do evento. A multidão de fato lembrou um enxame de abelhas. Cerca de 12 mil pessoas passaram pela praça, corredores, salas, auditórios do Teatro Carlos Gomes no fim de semana dos dias 19 e 20 de agosto, em Blumenau. A quarta edição do COLMEIA 2015 foi palco para mais de 200 apresentações, quando cerca de 500 artistas do município e região apresentaram gratuitamente para a comunidade obras nas áreas de artesanato, cênicas, cinema, culinária, dança, música, literatura, hip hop, oficinas e visuais. Um dos momentos mais emocionantes do evento foi a exibição do documentário Correndo o Risco, em homenagem ao ativista cultural e artista plástico Clóvis Truppel. Durante 43 minutos da obra, o público pôde conhecer um pouco da história de Truppel e compreender a importância do trabalho dele para a arte blumenauense. O documentário teve como responsável pela edição o diretor da Lambreta Filmes, Chico Nascimento, que também participou do lançamento. O Coletivo já se prepara para a edição 2016 do evento. Uma das definições já é a data de início das atividades no próximo ano. A primeira reunião ficou agendada para o dia 6 de março de 2016, às 17h, no Teatro Carlos Gomes. Neste ano, mais de 500 artistas, artivistas e gestores culturais trabalharam na construção e na organização do COLMEIA 2015. Anual, gratuito e aberto a toda comunidade, o evento COLMEIA é uma parceria do Coletivo com o Teatro Carlos Gomes e ocorre desde 2012. Acompanhe as notícias e as novidades pelo www.facebook.com/coletivocolmeia ou pelo issuu.com/coletivocolmeia

ALUNOS E PROFESSORES PROTESTAM CONTRA FECHAMENTO DA ESCOLA ELZA PACHECO, NA VILA NOVA

Alunos e professores da Escola Elza Pacheco protestam contra a possibilidade de fechamento da instituição. Um comunicado da Gerência de Educação teria sido enviado à direção alertando que a unidade escolar seria fechada e orientando a não abertura de matrículas para 2016. A Elza Pacheco já atua há 31 anos em Blumenau e possui um ótimo desempenho na formação dos alunos que mostram bons resultados para a cidade. Ela já foi três vezes consecutivas primeiro lugar no ENEM entre as escolas públicas de Blumenau e também é uma das duas escolas do estado a vencer as olimpíadas de matemática das escolas públicas. Apesar da conquista histórica, a escola ainda não possui sede própria. Anteriormente utilizava o espaço da Escola Básica Municipal Machado de Assis e atualmente está localizada na Escola Victor Hering na Vila Nova. A Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) se pronunciou dizendo que as duas escolas seriam unificadas da melhor maneira para ambas. A SDR também afirma que a escola não será fechada e sim receberá uma baixa para que seu nome possa ser utilizado futuramente por uma escola que vier a ser construída. Porém, em reunião entre as direções das duas unidades de ensino foi acordado que tanto o colegiado da Vitor Hering quanto da Elza Pacheco são contra o fechamento da escola e a favor da permanência de ambas em um mesmo espaço. O Diretor de Formações e Relações Institucionais do Grêmio Estudantil, Arthur Patricio Naves, estuda na escola desde 2013 e diz que "Este tempo foi suficiente para notar o excelente trabalho praticado pelos professores e coordenadores da instituição – os três anos consecutivos com a primeira posição do ENEM entre as escolas públicas é evidência disso. Na minha opinião, é totalmente irônico fechar ou suspender as atividades de uma escola que tem esse histórico, independente do motivo. Esta ação separaria o melhor corpo docente das escolas estaduais de Blumenau atualmente."A decisão sobre o futuro da Elza Pacheco seria definida em uma reunião dia 02/10, mas até o fechamento desta edição, em 5 de outubro, nenhuma definição havia sido anunciada.

O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA E A PÁTRIA QUE SE PRETENDE

Apesar dos avanços nos últimos anos, diversas são as lacunas a serem preenchidas com a lei que tornou obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas

PROF. DR. ANTONIO SIMPLICIO DE ALMEIDA NETO

Docente da UNIFESP, Departamento de História <toninhosaneto@uol.com.br>

Na pútrida pátria educadora muito precisa ser feito, particularmente quando pensamos no ensino de história e cultura indígenas. Como se sabe, a Lei 11.645 de 10 de março de 2008 tornou obrigatório o ensino dessa temática (além do ensino de História africana e afro-brasileira, já tornado obrigatório com a Lei 10.639/03) nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, público e privado. No entanto, diversas lacunas são facilmente identificadas.

Uma flagrante fragilidade pode ser observada já nos cursos de formação de professor de História que não possuem, salvo raras exceções, esse componente curricular, o que obriga o futuro professor a buscar por conta própria, meios para suprir essa lacuna intelectual. Esse problema torna-se ainda mais grave entre os professores do Ensino Fundamental I, dado que as Licenciaturas em Pedagogia dedicam carga horária muito abaixo do razoável para tratar do ensino de História, empobrecendo o debate historiográfico e seus desdobramentos, resultando em práticas escolares sofríveis, que reforçam os mais surrados estereótipos sobre a cultura indígena.

É evidente que alguns avanços têm ocorrido. O PNLD do Ensino Médio (2015), por exemplo, em acordo com a Lei 11.645/2008, exige que os livros didáticos de História desenvolvam abordagens qualificadas sobre esse tema. E é certo que as editoras atenderão a tais exigências, considerando um mercado que movimentou em 2014 quase 880 milhões de reais em livros didáticos para o Ensino Fundamental e mais de 333 milhões de reais para o Ensino Médio, segundo dados da FNDE.

Paradoxalmente, alguns estados brasileiros tratam esse tema de modo precário em seu currículo oficial, como é o caso de São Paulo e Rio Grande do Sul, por exemplo, com as propostas São Paulo Faz Escola e Lições do Rio Grande, respectivamente, que inserem a população indígena quase que exclusivamente no período colonial brasileiro, como se esse grupo social tivesse sido extinto ou sequer tivesse história.

A inserção dessa temática na educação escolar implicaria conceber o currículo como sendo decorrente de uma seleção, portanto, de escolhas e não como algo dado ou natural. O currículo escolar tem uma historicidade e se transforma conforme as demandas e as dinâmicas sociais, de modo que as disciplinas e seus conteúdos não são inamovíveis. Pode parecer óbvio, mas para alguns "especialistas" temas como cultura e história indígenas não passam de modismos que entulham o currículo escolar e perpetuam a má qualidade da educação básica (é elucidativo o artigo O inchaço do currículo escolar no jornal O Estado de São Paulo de 20/agosto/2010. Disponível em < http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-inchaco-do-curriculo-escolar-imp-,597624>, acesso em 22/07/2015).

No caso da proposta curricular de São Paulo (implementada em 2008, mas ainda em vigência), os indígenas são apresentados da forma mais tradicional e conservadora possível, tanto em forma quanto em conteúdo, desconsiderando as inúmeras pesquisas feitas nesse campo historiográfico e educacional. Aparecem apenas no momento do contato com os colonizadores e sua contribuição se restringe a meia dúzia de palavras, como peteca, piranha e pipoca. A proposta do Rio Grande do Sul (de 2009, ainda em vigência), não difere muito, já que de um total de 38 tópicos de sugestões de conteúdos para as diferentes séries do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, apenas um menciona textualmente os indígenas, como os primeiros povoadores do Brasil e RS, ou seja, anteriores à colonização. Chama a atenção, nessa proposta, que os indígenas sejam colocados na mesma condição de outros migrantes, como alemães, italianos, açorianos e africanos, uma vez que também vieram de outros continentes há milhares de anos atrás.

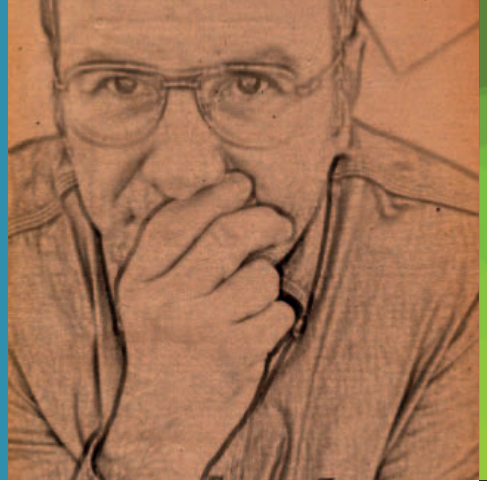
Contudo, o mais grave, é o fato de que os povos indígenas, por não se constituírem como os grupos dominantes na sociedade brasileira, têm sua cultura frequentemente representada (nos livros, na televisão, em jornais e em revistas) como sendo exótica, estranha e diferente, em contraposição à cultura dominante, ocidental, branca, europeia, civilizada, cristã e "normal". Sujeita aos estigmas classificatórios, a cultura indígena acaba sendo identificada como primitiva, inferior, atrasada, pura, fixa, imutável e estável, portanto, a-histórica. Assim, o indígena que não se apresenta nesse suposto estado puro, será considerado aculturado, não índio, sem identidade e sem tradição, daí os indígenas serem percebidos como figuras exclusivamente do passado, mortos ou em franco processo de extinção.

"Os povos indígenas ... têm sua cultura frequentemente representada como sendo exótica, estranha e diferente, em contraposição à cultura dominante, ocidental, branca, europeia, civilizada, cristã e "normal"

Mesmo professores bem intencionados acabam por incorrer em alguns equívocos recorrentes, como: a) breve menção aos povos indígenas como viventes apenas de um remoto tempo pré-colonial; b) omissão pura e simples à existência desses povos nos acontecimentos da história do Brasil; c) vitimização (ainda que engajada) que lhes priva a condição de sujeitos históricos; d) anacronismos que os exclui do tempo histórico e, portanto, das transformações históricas; e) culto idílico a determinados valores e modo de vida indígenas; f) inserção da temática indígena no currículo escolar em momentos muito específicos, como "dia do índio", como exceção que confirma a regra; g) pasteurização que empobrece, simplifica e homogeneíza a diversidade dos povos indígenas; h) abordagem folclorizada presente em festividades e eventos escolares que trata os indígenas como povos exóticos; i) vago e restrito reconhecimento da diversidade que não vai além da constatação; j) pregação benevolente da tolerância que só faz reafirmar o papel dominador de quem tolera e l) percepção essencialista de culturas indígenas puras, desconsiderando o hibridismo cultural.

Uma pátria que se pretenda educadora precisa considerar os povos indígenas como sujeitos históricos no presente e no passado, condição precípua para romper a invisibilidade indígena no passado e no presente.

Marcos Antônio Mattedi
Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP)
Professor do Programa de Pós Gradu-
ação em Desenvolvimento Regional



LadoB

O EFEITO SÍSIFO

Numa das mais incríveis narrativas gregas, Sísifo é punido por pensar por conta própria. É condenado por revelar os segredos dos deuses aos homens. Sua punição foi empurrar eternamente uma pedra até o topo de uma montanha, mesmo sabendo que o peso e o cansaço fariam a pedra voltar ao ponto de partida. Por isso, sua punição foi a mais cruel para um homem que pensa: realizar um esforço sem sentido. A partir da interpretação proposta por Camus esse castigo ficou conhecido como "Trabalho de Sísifo". Uma expressão utilizada para ilustrar a execução de um trabalho fadado ao fracasso.

Essa parece ser mesmo a condição dos pesquisadores da FURB. Mesmo depois de mais de três décadas lutando diariamente para a construção de uma cultura de pesquisa na instituição, todo semestre temos a impressão de retornarmos sempre ao ponto de partida. Nunca sabemos exatamente a quantidade de horas que serão destinadas ao ensino e para a pesquisa. Este processo gera instabilidade e insegurança nos grupos de pesquisa e desperdiça uma grande energia em reuniões e discussões. Afinal, quantas vezes ainda teremos que nos reunir para discutir condições para pesquisa na FURB?

É que a Crise Bifronte (investimento e financiamento) adicionou insegurança às condições instáveis da pesquisa na FURB. Por um lado, a crise significou o corte do repasse anual das verbas do PROAP/CAPES, o que reduziu a mobilidade e o intercâmbio de pesquisadores para bancas, saídas de campo e eventos; por outro, a crise levou a gestão a ampliar a carga de ensino dos pesquisadores, o que afeta diretamente a capacidade de produção dos grupos de pesquisa. Para entender este processo precisamos considerar o processo de formação e desenvolvimento da pesquisa na FURB.

A implantação das atividades de pesquisa na FURB pode ser dividida em duas fases. A Fase Institutos (1973-2006): refere-se à pesquisa realizada nos institutos de pesquisa IPTB, IPS e IPA. A Fase Programas (1990-2015): diz respeito às pesquisas realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação. Na primeira etapa predomina a pesquisa aplicada, enquanto na segunda enfatiza-se a pesquisa básica. A passagem dos Institutos para Programas impõe uma mudança na organização da pesquisa. Curiosamente, a medida que aumenta a inserção na comunidade científica nacional, diminui o acesso da população regional.

A troca dos institutos pelos programas estabelece uma mudança estrutural na condição de pesquisador na instituição. Antes a pesquisa era concebida e realizada como uma atividade isolada a partir da identificação de demandas práticas da sociedade regional como, por exemplo, o Projeto Crise, o Índice de Preços, a Qualidade dos Combustíveis, etc. Agora a pesquisa assumiu um fluxo contínuo e passou a ser realizada de forma colaborativa como resultado da titulação de mestrado e doutorado. Verifica-se, portanto, uma mudança dos processos, produtos e, portanto, na forma de legitimação da pesquisa.

Esta mudança altera também o perfil e a qualificação dos pesquisadores. O perfil dos pesquisadores lotados nos institutos se caracterizava por uma baixa titulação, reunidos em grupos multidisciplinares; já os programas de pós-graduação pressupõe alta titulação e tendem a especialização disciplinar. A mudança de perfil estimulou um movimento ambivalente na FURB. Por um lado, aumentou a qualificação do corpo docente; por outro, distanciou os pesquisadores da graduação. Essas ambivalências dizem respeito aos impasses do próprio processo de profissionalização da pesquisa na FURB.

Esse processo foi acompanhado pela mudança da infraestrutura normativa que rege e ampara o desenvolvimento da pesquisa. Mais precisamente, um conjunto de resoluções e normativas que garantem e promovem a pesquisa. Nesse sentido, quando se examina atentamente como a pesquisa é concebida e garantida na passagem da Resolução 070/2004 para a Resolução 055/2013 até chegar na Resolução 024/2015, verifica-se um fenômeno paradoxal. A sensação é de que quanto maior o reconhecimento do programa de pós-graduação, piores são as condições de trabalho.

A história da passagem dos Institutos para os Programas de pós-graduação ilustra bem os atuais desafios das políticas das pesquisas na FURB. As atividades de pesquisa na FURB estão submetidas a duas ordens de fatores institucionais: a) Descontinuidade: a gestão da pesquisa se caracteriza por ações ad hoc conjunturais; b) Corporativismo: obedecem mais a interesses internos dos pesquisadores que demandas sociais da comunidade. Nosso Trabalho de Sísifo pode ser ilustrado de muitas formas, mas vamos nos ater somente à lógica da Avaliação e do Fomento da pesquisa.

A Avaliação diz respeito ao processo de medir e avaliar a produção científica. Tanto as da CAPES e do CNPq, quanto o Plano de Carreira fundamentam-se num sistema bibliométrico que valoriza publicações/referências e a produção individual. Mesmo quando The Leiden Manifesto e o Force11 Manifesto denunciam os limites dessa avaliação, nossas ações permanecem baseadas em métricas produtivistas. Portanto, tanto os critérios externos quanto os critérios internos estabelecem uma equivalência indevida entre visibilidade e utilidade que converteu a pesquisa em produção de papel.

O Fomento pode ser ilustrado por meio da proposta de criação do Mestrado em Direito. Primeiro a FURB subsidiou um Dinter com a UNISINOS. Agora propõe arcar com contratação de uma equipe de professores para a formulação e sustentação da proposta. Numa estimativa conservadora, a contração de apenas um desses pesquisadores equivaleria a toda a verba do PROAP/CAPES destinada para todos os programas de pós-graduação da FURB. Neste contexto, é difícil reconhecer e mesmo aceitar a legitimidade da proposta de ampliação da carga de ensino para pesquisadores lotados em programas reconhecidos.

A relação entre a Avaliação e o Fomento explica porque à medida em aumentamos a excelência do conhecimento científico diminuímos o acesso da população. Vejamos, por exemplo, o caso do MIPE. O MIPE é o maior evento científico da FURB e é extremamente importante na formação e desenvolvimento de novos pesquisadores na FURB, mas permanece voltado para nós mesmos. Por exemplo: não haveria condições de fazermos uma mostra itinerante dos melhores trabalhos, juntamente com um ciclo de palestras dos autores dos trabalhos premiados de graduação colégios da região?

> **"Mesmo depois de mais de três décadas lutando diariamente para a construção de uma cultura de pesquisa na instituição, todo semestre temos a impressão de retornarmos sempre ao ponto de partida(...) Nunca sabemos exatamente a quantidade de horas que serão destinadas ao ensino e para a pesquisa. Afinal, quantas vezes ainda teremos que nos reunir para discutir condições para pesquisa na FURB?**

Não é fácil ser pesquisador na FURB... Parece que estamos condenados ao recomeço. Afinal, se o Efeito Sísifo indica a condição vulnerável dos pesquisadores, é porque nos limitamos a pesquisar para nós mesmos. Mas é só olhar para fora do Currículo Lattes e da Plataforma Sucupira que existe muita coisa para ser feita. É que o sentido da pesquisa não pode se reduzido a um conjunto de notas de rodapé e referências bibliográficas. É claro que poderíamos nos livrar da maldição do recomeço... Mas para isso precisaríamos antes largar a pedra e voltarmos a pensar.